

AS REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES E PROFESSORAS DO GRANDE DIRCEU SOBRE A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Vilma Dias de Araújo (UFPI)

Maria do Carmo Alves do Bomfim (UFPI)

A violência é um fenômeno social que tem se manifestado em todos os momentos da história da humanidade, desempenhando importante influência nas relações sociais sendo que seu significado varia de acordo com o contexto sócio-histórico, com as normas e valores próprios de cada organização social. Assim, na perspectiva antropológica, os rituais sagrados de sacrifícios, portanto de violência, são justificáveis por seu papel na estruturação e sobrevivência de determinadas culturas. Por outro lado, em algumas sociedades contemporâneas, por mais contraditório que isso possa parecer, a violência utilizada contra o indivíduo violento é legítima. Por isso, a pena de morte é legalizada em muitos países e mesmo onde essa prática é ilegal, muitas pessoas que se dizem pacíficas a defendem.

A guerra, uma das mais estúpidas manifestações da violência, tem historicamente sido utilizada para garantir a estruturação das sociedades, nos diferentes momentos históricos. Portanto, como bem salienta LATERMAN (2000, p.30), “a violência pode até ser indesejável, no entanto é exatamente por sua presença permanente e desagregadora que a sociedade se organiza e se estrutura”.

Não obstante à relevância do tema, o debate produzido a esse respeito é ainda bastante incipiente e disperso, pois, os estudos encontrados acerca dessa problemática discutem aspectos distintos. Dentre esses estudos podemos destacar a discussão de ARENDT (1994), uma veemente crítica à apologia da violência, na qual é feita, numa perspectiva histórica, a análise de algumas teorias sobre violência, sua natureza e manifestações no mundo atual. Nessa análise a autora discorda, radicalmente de autores como: Mills, Weber, Mao Tsé Tung e Jovenel, dentre tantos que concebem a violência como uma manifestação de poder. Para ela, o poder – que é inerente a qualquer comunidade política – resulta da capacidade humana para agir em conjunto, o que requer o consenso de um grupo. Portanto, na concepção arendtiana, poder

e violência são termos opostos: a afirmação de um significa a ausência do outro.

No Brasil, segundo ZALUAR & LEAL (2001), a violência constituiu-se um tema bastante discutido na última década do século XX, mobilizando estudiosos de diferentes áreas como: cientistas sociais, pedagogos, filósofos, economistas e juristas, dentre outros. Entretanto, embora a maioria desses teóricos não se afaste muito do paradigma arendtiano, o debate produzido ainda é um tanto difuso. Tavares dos Santos (2001) um dos teóricos brasileiros que tem se dedicado à discussão dessa problemática, também enfatiza em suas análises, o binômio poder-violência. Dessa forma, inspirado em Foucault e Bourdieu, ele discute a violência como uma das formas de consolidação de poderes legitimados por uma determinada organização social.

MELLO (1999), por sua vez, destaca a convivência paradoxal entre ricos e pobres, nos grandes centros urbanos, como uma forma de violência desencadeadora de outras violências. Para essa autora, o mercado de consumo, que cria necessidades materiais impossíveis de serem satisfeitas pelas classes sociais mais pauperizadas, é um estímulo à criminalidade para a obtenção de bens colocados pela mídia como essenciais à inclusão social, uma inclusão, segundo ela, “perversa”. Outro aspecto discutido por essa autora é a parcialidade da mídia e culpabilização dos pobres pela violência, como podemos constatar nos noticiários policiais, seja da imprensa falada ou escrita. Esses meios de comunicação, via de regra, não se limitam à informação, mas, fazem juízo, condenam, enfim, reforçam estigmas e estereótipos. Os pobres são sempre expostos de forma desrespeitosa (fotografados, rotulados) e, previamente, julgados e condenados. Em contrapartida, quando esses mesmos atores são vitimizados por qualquer forma de violência, inclusive o extermínio há uma convivência seja velada ou explícita da sociedade e da mídia.

A propósito, convém relembrar as estarrecedoras opiniões de populares a respeito de um dos mais cruéis episódios de violência contra crianças e adolescentes de rua, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 1993: “A Chacina da Candelária”

“Deviam ter matado todos!”

“Bem feito!”

“Deviam ter arrancado a cabeça de todos e ainda era pouco!”

Nesse lamentável e vergonhoso acontecimento sete meninos foram brutalmente assassinados enquanto dormiam. Uma reflexão acerca dessas opiniões nos leva à constatação de que esses meninos, pela sua condição de “meninos de rua”, são tratados como delinqüentes em potencial, portanto, foram julgados e punidos não apenas por delitos concretos que tenham cometido, mas, pelo que representam.

A retirada arbitrária e violenta de quinze meninos das ruas de um bairro “nobre” de Teresina, em dezembro de 1999 é outro exemplo oportuno para ilustrar essa discriminação contra os pobres. O referido arrastão aconteceu, por ordem jurídica, sem que houvesse situação de flagrante delito que justificasse a ação que foi, portanto, ilegal e discriminatória. Vale ressaltar que a sociedade teresinense também se posicionou favorável a essa preconceituosa e lamentável ação. De acordo com o estudo de FRONTANA (1999), essa postura se justifica na idéia preconceituosa de que crianças e adolescentes pobres e abandonadas são, necessariamente, delinqüentes em potencial. Idéia essa que se legitimou com a elaboração do Código de Menores, em 1927, se cristalizou nos anos de Regime Militar e, infelizmente, persiste até hoje.

Convém salientar ainda como fator decisivo para o desencadeamento da violência, a sua própria banalização. De acordo com o estudo de DAMERGIAN (1986), a sociedade é permissiva com a violência que, por isso, acaba naturalmente incorporada ao seu cotidiano. Essa banalização pode ser constatada na grande audiência dos programas de rádio e televisivos que exploram os acontecimentos violentos, bem como na permissividade dos pais em relação aos desenhos animados, vídeogames e tantas outras formas de lazer de seus filhos nas quais a violência é fortemente explorada e encarada como algo natural. A respeito disso GUIMARÃES apud ABRAMOVAY (2002) constatou num estudo de caso sobre a violência, em duas escolas de Campinas que os professores não consideravam muitas agressões verbais físicas praticadas por alunos como violência. Para eles, essas atitudes eram ‘coisas deles’, ‘natural da idade’.

Por fim, não podemos deixar de destacar o consumo e tráfico de drogas, cuja expansão tem sido significativa nos últimos anos, como fator intimamente ligado à prática de atos violentos. Esse comércio tem se constituído um lucrativo negócio em todo o mundo, inclusive no Brasil e uma parte

considerável dos lucros aí adquiridos tem sido investida na aquisição de verdadeiros arsenais de armas, o que tem fortalecido, sobremaneira, o poder dos traficantes e, conseqüentemente, contribuído para o aumento da violência.

Nesse contexto de visível crescimento da violência, os estudos de GRACIANI (1997), FRONTANA (1999), MELLO (1999), LATERMAN (2000), MACIÀ (2000) e SPOSITO (1998) constatam que são os jovens, pela constante necessidade de auto-afirmação e conflitos existenciais tão comuns nessa fase da vida, o contingente populacional mais vulnerável ao envolvimento com as drogas, bem como com a autoria e/ou vitimização de atos violentos. A esse respeito, SPOSITO (op. cit.) aponta como fator determinante para o envolvimento intencional de jovens em atos de violência, a falta de referenciais positivos e de perspectivas de um futuro melhor, fato também constatado no estudo de ARAUJO & BOMFIM (2000) sobre as representações e perspectivas de futuro de meninos e meninas de rua e bem retratado na chocante resposta de um adolescente ao ser questionado sobre as suas expectativas em relação ao futuro: “Da vida eu só espero a morte mesmo”.

Inserida nesse concreto contexto de violência, a escola tem, infelizmente, se constituído palco para a prática da violência, desconstrindo as representações sociais de infância como símbolo de inocência e de escola como refúgio intocável de paz e segurança. Assim, nesse espaço que, em tese, deveria ser reservado apenas às práticas socializadoras e educativas, professoras e professores, alunas e alunos têm se revezado como autores e vítimas da violência, seja ela física ou simbólica, como nos apontam os estudos de LATERMAN(2000); ZALUAR & LEAL(2001) e CNTE(2002). Para SPOSITO (1998), a violência praticada por adolescentes na escola pode ser um indicativo concreto de protesto contra os valores transmitidos nessa instituição formal de ensino, os quais não respondem as suas expectativas e necessidades concretas. Para essa analista, “práticas pedagógicas que acenem apenas com incertas possibilidades de melhoria para o futuro não são suficientes para construir relações significativas com a escola. Na falta de outras referências, a indiferença e a violência serão respostas frequentes e banalizadas expressões parciais da crise que atinge os sistemas escolares”. (p.73)

Em Teresina, essa realidade não é diferente como nos mostram a mídia local e os relatórios de ocorrências do Pelotão Escolar em relação à prática de

atos violentos e de uso de drogas nas escolas públicas e privadas dessa capital, referentes aos anos de 2000, 2001, e primeiro semestre de 2002. Através da análise desses relatórios constatamos que algumas escolas da região do “Grande Dirceu”, a mais populosa de Teresina com cerca de 180.000 habitantes e apontada pela imprensa local como uma das mais violentas da cidade, estão entre as que possuem maiores índices de ocorrências de atos considerados violentos. Por isso esse foi o universo escolhido para a realização deste estudo, em curso e que objetiva identificar e analisar as representações dos professores e professoras das escolas públicas estaduais noturnas do “Grande Dirceu” sobre o concreto fenômeno da violência nas escolas.

A análise prévia de dados parciais coletados através de observações, conversas com alguns sujeitos da pesquisa, análise de relatórios do Pelotão Escolar e de depoimentos dados em um seminário no qual a problemática da violência nas escolas foi amplamente discutida por autoridades no tema, inclusive uma representante da UNESCO, juntamente com atores das escolas convidadas para o evento, além de policiais representantes do Pelotão Escolar e da Universidade Federal do Piauí nos permite, além de ratificar a existência concreta da problemática nas escolas da capital piauiense, identificar opiniões que refletem algumas representações histórico e socialmente construídas acerca da violência, dentre elas: a noção preconceituosa de que as camadas mais pauperizadas da sociedade seriam, necessariamente, violentas e a concepção, também preconceituosa de que as famílias que não se enquadram no modelo tradicional – pai e mãe heterossexuais, unidos pelo casamento legalizado – são desestruturadas e, portanto, vulneráveis à formação de indivíduos desequilibrados e violentos.

Apesar da presença dessas representações que são reflexos de uma sociedade preconceituosa, vislumbramos nos discursos dos profissionais presentes no referido seminário, sobretudo professoras, professores e diretoras de escolas, não apenas a angústia com a preocupante realidade em que estão inseridas, mas também o desejo e a disposição de revertê-la. Assim, iniciativas louváveis como a realização de movimentos contra a violência e pela paz são exemplos claros dessa vontade. A propósito o último desses movimentos foi realizado no Grande Dirceu, no dia 21/11/2002, com a participação efetiva de

alunas, alunos, profissionais das escolas envolvidas e de populares da comunidade local, que, preocupados com o crescimento da problemática nessa região, buscavam juntos alternativas para minimizar o problema.

Para analisarmos e compreendermos essas e outras opiniões, atitudes e práticas desses profissionais da educação em relação ao complexo fenômeno social da violência nas escolas estamos buscando suporte na teoria das Representações Sociais desenvolvida por Moscovici (1978). Para esse autor, as explicações do 'senso comum' seriam construções mentais elaboradas e compartilhadas pelos diferentes sujeitos e grupos que compõem o todo social, possibilitando-os interpretar, significativamente o real - as representações sociais. Ratificando esse conceito, OLIVEIRA & WERBA (1998, p.107) salienta que "estudar representações sociais é buscar conhecer o modo de como um grupo humano constrói um conjunto de saberes que expressem a identidade de um grupo social e as representações que ele forma sobre a diversidade de objetos tanto próximos como remotos. Nesse mesmo sentido, ABRIC (1998, p. 27) destaca que "a identificação da 'visão de mundo' que os indivíduos ou grupos de indivíduos têm e utilizam para agir e tomar posição é indispensável para compreender a dinâmica das interações sociais e clarificar os determinantes das práticas sociais". Portanto,

BIBLIOGRAFIA

A CHACINA da Candelária. VEJA, n. 30, p. 16-22, julho de 1993.

ABRAMOVAY, M. & RUA, M^ª das G, **Violência nas Escolas.** Brasília: UNESCO, 2002.

ABRIC, J. C. **A abordagem estrutural das representações sociais.** In: MOREIRA, A., S. & OLIVEIRA, D.C. de (Org.). **Estudos interdisciplinares em Representação Social.** Goiânia: AB, 1998, p.27-46.

ARAUJO, V. D. & BOMFIM, M. C. A do. **O futuro de crianças e adolescentes nas ruas de Teresina: representações x perspectivas.** Teresina: 2000. Trabalho de Iniciação científica – PIBIC/CNPq/UFPI.

CALDERÓN, A.I. & GUIMARÃES, R. F. **Família: a crise de um modelo hegemônico.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.5, 1994.

CAMPOS, P.H.F. **As representações sociais de "meninos de rua: proximidade do objeto e diferenças estruturais.** In: MOREIRA, A.S. &

OLIVEIRA, D.C. de (Org). **Estudos Interdisciplinares em Representação Social**. Goiânia: AB,1998.

COMO se fôssemos o Vietnã. CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 14/dez/1999, p.9.

COSTA, A. C. G. **Degradação pessoal e social das crianças e adolescentes entre os pobres mais pobres**. In: **Brasil, criança urgente: a lei** – São Paulo: Columbus, 1990, p. 74-84.

DARMEGIAN, S. **Entre a vida e a morte: a violência contra a infância nos grandes centros urbanos**. In: STEINER, M. H. F. (Org). **Quando a criança não tem vez: violência e desamor**. São Paulo: Pioneira, 1986.

DEMO, P. **Charme da Exclusão Social**. Campinas: Autores Associados, 1998.

DIETZSCH, M. J. M. **Recontando histórias: Vozes e silêncios de meninos de rua**. CADERNOS DE PESQUISA, n. 104, p.122-143, jul /1998

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Projeto de interiorização do Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.

FRONTANA, I. C. R. C. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, R. **Infância perdida**. NOVA ESCOLA, n.75, p.12-19, maio/1994

GUERRA, V. N. de A. **Violência de pais contra filhos: algumas indagações**. In: STEINER, M. H. F. (Org). **Quando a criança não tem vez: violência e desamor**. São Paulo: Pioneira, 1986.

IACOMINI, F. **Os pecados do Brasil**. VEJA, n.51, p.36-37, dez/1999.

KLINTOWITZ, J. **Crime contra o futuro**. VEJA, n.38, p.116-121, set /1999

LANE, S. T. M. **Linguagem, pensamento e representações sociais**. In: CODO, W. (Org). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1992, p.32-39.

LATERMAN, I. **Violência e incivilidade na escola**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2000.

LOPES, J. R. **Das famílias “desestruturadas” às famílias “recombinadas.” Transição, intimidade e feminilidade**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 46, 1994.

MELLO, S. L. **A violência urbana e a exclusão dos jovens**. In: SAWAIA, B. (Org). **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1999, p.129-140.

MOSCOVICI, S. **A Representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NASCIMENTO, G. **O céu por cobertor**. ISTO É, n. 1364, p. 52-54, nov/1995.

_____. **Além das muralhas.** ISTO É, N. 1573, p. 116-118, nov/1999

NEVES, S.M. **Psicodramatizando a construção da cidadania.** PSICOLOGIA, CIÊNCIA E PROFISSÃO, n.16, p.24-27, 1996.

OLIVEIRA, E. **Violência contra a criança.** NOVA ESCOLA, n. 70, p.33-36, out / 1993.

_____. **Você acha possível salvar os meninos de rua?** NOVA ESCOLA, n. 79, p.10-18, out/1994.

O RETRATO da desigualdade entre as crianças. CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 14/dez/1999.

ROUQUETE, M. L. **Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos.** In: MOREIRA, A. S. & OLIVEIRA, D. C. de (Org). **Estudos interdisciplinares em Representação Social.** Goiânia: AB, 1998, p. 43-46.

SANTOS, J. V. T. dos. **A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias.** *Educação e Pesquisa*, v. 27, n. 1, p. 105-122, jan/ jun. 2001.

SAWAIA, B. **Exclusão ou inclusão perversa?** In: SAWAIA, B.(Org) **As artimanhas da exclusão.** Petrópolis: Vozes, 1999, p. 7-13.

SENA, Y. **Violência na retirada dos meninos da rua.** DIÁRIO DO POVO, Teresina, 24/dez/1999, p. 27-48.

SPOSITO, M. P. **A instituição escolar e a violência.** Cadernos de Pesquisa, n.104, p.58-73, jul/98.

_____. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil.** *Educação e Pesquisa*, v. 27, n.1, p. 87-103, jan/jun. 2001.

VIOLÊNCIA e pobreza ameaçam crianças. DIÁRIO DO POVO, Teresina, 14/dez/1999, p. 5.

WEINBERG, M. **Em busca do tempo perdido.** VEJA, n.3. p.63-67, jan/2000.

ZALUAR, A & LEAL, M.C. (2001) **Violência extra e intramuros.** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Vol. 16, n.45, p.145-161, fev / 2001.

[1] Órgão da Secretaria Estadual da Educação em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública, que tem como objetivo coibir a violência e uso de drogas nas escolas.

[2] Seminário realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Movimentos Sociais e Cidadania da Universidade Federal do Piauí.

[3] Professoras, professores, diretores, alunas, alunos, pedagogas, pedagogos e líderes comunitários.

[4] Professoras, professores, alunas e alunos do Curso de Pedagogia e Mestrado em Educação.